



*O Presidente da República*

**Discurso de Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde,  
Senhor José Maria Pereira Neves,  
no Debate Geral da  
79<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre o tema:**

**“Não deixar ninguém para trás: agir em conjunto para promover a paz, o desenvolvimento sustentável e a dignidade humana para as gerações presentes e futuras”**

**Nova Iorque, 25 de setembro de 2024**

*Senhoras e Senhores Chefes de Estado*

*Senhor Presidente da Assembleia Geral*

*Senhor Secretário Geral*

*Excelências*

Inúmeros conflitos armados continuam a assolar várias regiões do mundo com impacto devastador sobre as respetivas populações, comunidades e agentes humanitários, com especial destaque para o que se verifica no Médio Oriente, cujo potencial de escalada e risco de alastrar é por demais evidente. Vidas inocentes continuam a ser ceifadas diariamente, de forma implacável e desapiadada. Apelamos às partes envolvidas, à comunidade internacional e às instâncias internacionais pertinentes para que não sejam poupados esforços para, pela via do diálogo e em plena observância dos valores defendidos pela Carta das Nações Unidas, do Direito Internacional e do Direito Humanitário, pôr termo a esses conflitos e assim permitir o regresso paulatino à normalidade e à possibilidade de construir um futuro que seja melhor do que este presente de destruição e morte indiscriminada.

*Excelências,*

A nível nacional continuamos a trabalhar para cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Agenda global 2030 e a Agenda da União Africana para o horizonte 2063. Continuamos a implementar políticas que visam o acesso universal à educação de qualidade e à saúde, bem como a plena inclusão dos jovens em todos os aspetos da vida social, económica e política, garantindo assim que as gerações futuras estejam munidas das necessárias ferramentas para enfrentar os desafios globais.

Este ano a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu os resultados de todo o trabalho realizado em Cabo Verde, atribuindo-nos o certificado de país livre da malária, facto que nos reconforta e estimula a prosseguir a luta pela Saúde enquanto um direito fundamental de todos. Muitos países, sobretudo em

África, continuam a braços com esta terrível doença. No entanto, com uma aplicação eficiente das tecnologias atuais, temos uma oportunidade única de erradicar doenças, evitáveis e tratáveis, que há muito atormentam a humanidade, causando sofrimento, impedindo o progresso económico e aprisionando milhões na pobreza. Para atingir tal meta, lanço um apelo para que durante a reconstituição do Fundo Mundial IDA21, em Paris, no próximo mês, seja incluído um fluxo de financiamento dedicado à eliminação de doenças.

Os micróbios patogénicos e a resistência antimicrobiana representam também ameaças significativas para a saúde pública global e, por conseguinte, compreender e gerir a atividade microbiana é essencial para enfrentar desafios globais como a luta contra a doença, a segurança alimentar, a conservação ambiental e a mitigação das alterações climáticas.

No conturbado contexto internacional em que nos encontramos em que múltiplas crises continuam a impactar as pessoas e o planeta, reitero o firme compromisso de Cabo Verde no sentido de continuar a dar o seu contributo enquanto membro ativo e útil das Nações Unidas e paladino incansável dos valores universais contidos na sua Carta.

De entre as crises mencionadas, o impacto das alterações climáticas afeta sobretudo os mais vulneráveis, de entre os quais os SIDS.

É crucial que a COP29 traga progressos urgentes e tangíveis nas principais questões climáticas, especialmente à medida que se aproxima a meta de 2030 para reduções significativas das emissões. As nossas populações, com particular ênfase nos SIDS, desejam compromissos mais ousados, especialmente por parte de países com elevadas emissões, e uma implementação mais rápida de políticas e mecanismos financeiros para assegurar que a ação climática seja não só ambiciosa como também equitativa e eficaz.

A subida do nível do mar, também ela consequência das alterações climáticas, exige atenção especial. O problema é multidimensional e estende-se muito para além das populações insulares e costeiras: afeta todos os continentes e regiões, não deixando ninguém imune a essa catástrofe em formação. Assim, saudamos a realização da Reunião de Alto Nível a decorrer hoje, sobre o tema "Enfrentar as ameaças colocadas pela subida do nível do mar".

No ano passado, à margem da então 78ª Assembleia Geral, foi aberta para assinatura o Acordo sobre a Biodiversidade para além da Jurisdição Nacional (BBNJ), que representa um marco internacional na conservação e utilização de forma sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional, ou seja, o alto mar, que constitui cerca de 60% dos oceanos do mundo. Aprecia-me informar que o meu país assinou esse Acordo logo no primeiro dia e estamos agora a finalizar o processo de ratificação.

Apelo a todos os que ainda não o tenham feito para também assinar e ratificar este importante instrumento para a conservação da vida nos nossos Oceanos.

Cabo Verde é uma Nação Oceânica, com um território terrestre diminuto relativamente à imensidão do seu território marítimo. Por isso, não hesitei em aceitar o honroso convite da UNESCO para me tornar Patrono da Aliança da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

Enquanto Nação Oceânica, com uma forte dependência dos recursos marinhos, o nosso papel na Década dos Oceanos centra-se em ações locais e globais para promover a gestão sustentável dos oceanos. Temos estado focados na importância da gestão sustentável dos oceanos, particularmente para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) que são muito vulneráveis às alterações climáticas e à degradação dos ecossistemas marinhos. Por três anos consecutivos, já organizámos Conferências Oceânicas internacionais para promover parcerias entre governos, setor privado, cientistas

e sociedade civil, visando avançar a ciência oceânica e criar soluções inovadoras para os desafios dos oceanos. É importante reunir as principais partes interessadas para impulsionar soluções colaborativas para os oceanos, ajudar a desenvolver capacidades de investigação para estudar o impacto das alterações climáticas, da acidificação dos oceanos e promover a partilha de conhecimentos e a transferência de tecnologia para melhorar os sistemas de monitorização e observação dos oceanos.

Realizou-se, em maio último, a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e regozijamo-nos com o sucesso da mesma. No entanto, para assegurar maior resiliência e sustentabilidade dos SIDS devemos com urgência começar a implementar o Plano de Ação de Antígua e Barbuda (ABAS).

Cabo Verde continua a jogar um papel ativo no seio dos SIDS e vai acolher, no primeiro trimestre de 2025, uma Reunião de Alto Nível da Região Atlântico, Índico e Mar do Sul da China visando implementar a criação de um mecanismo de coordenação desta sub-região dos SIDS. Aquando da SIDS-4, também manifestamos a nossa disponibilidade para acolher a 5ª Conferência das Nações Unidas sobre SIDS, em 2034.

Como SIDS, enfrentamos sérios problemas de escala que afetam o nosso sistema macroeconómico. Mesmo que destinássemos todo o Orçamento do Estado ao desenvolvimento sustentável, incluindo a ação climática, tal não seria suficiente para cumprir as metas de financiamento necessário. Na maioria dos SIDS, isso é agravado por uma grave falta de capacidade para manobrar novas ferramentas financeiras. Enquanto a reforma da arquitetura financeira global evolui muito lentamente, há também uma necessidade urgente de acelerar os processos de desenvolvimento. Precisamos aumentar rápida e significativamente a assistência técnica e a capacitação no financiamento do desenvolvimento sustentável para evitar que o Sul Global seja deixado para trás.

Neste ponto, saudamos a recente aprovação do índice de vulnerabilidade multidimensional (MVI) que é de grande importância, especialmente para os SIDS e outros grupos vulneráveis, pois reflete uma forma mais abrangente e diferenciada de avaliar as suas necessidades e os seus desafios de desenvolvimento e permite uma abordagem mais ampla para uma compreensão mais precisa de como diferentes factos influenciam o desenvolvimento de uma nação.

Na minha qualidade de Campeão da União Africana para o Património Natural e Cultural, e em alinhamento com as políticas governamentais de Cabo Verde nestes domínios, tenho sido incansável na defesa da proteção, promoção e gestão sustentável do rico património natural e cultural da África, que é muito vulnerável às alterações climáticas. É fundamental que continuemos a sensibilizar para a necessidade de proteger o nosso património natural e cultural, que inclui diversos ecossistemas, marcos históricos, conhecimentos tradicionais e práticas culturais imateriais.

É urgente promover a identidade africana através da promoção das línguas africanas, artes tradicionais e toda a pluralidade de expressões culturais, reforçando a história cultural diversificada do continente e as suas contribuições para a cultura global e para o património da humanidade.

Para a África, mas também para muitas outras regiões do mundo, é de vital importância a restituição de bens culturais, como artefactos, obras de arte e objetos sagrados, parte integrante da identidade cultural, história e tradições das comunidades de onde são originários. A remoção desses bens interrompeu a continuidade cultural e a sua restituição permite a preservação da sua integridade cultural e espiritual, à medida que são devolvidos aos seus ambientes originais, permitindo que as comunidades locais se reconectem com seu património, fortaleçam o orgulho cultural e mantenham a sua identidade para as gerações futuras.

Apraz-me anunciar que em 2025 realizaremos em Cabo Verde um encontro de alto nível dedicado ao tema da 'Crioulidade Atlântica', com a participação de Académicos, Historiadores, Cientistas Sociais, Estudiosos das Línguas Crioulas, Artistas, Escritores, Cineastas, Homens e Mulheres da Cultura, mas também líderes mundiais, todos representando uma pluralidade de espaços geográficos de afirmação da Crioulidade Atlântica, enquanto uma construção da qual fizeram parte integrante os africanos e seus descendentes.

Esse Encontro de 2025 procura aliás potenciar os resultados de projetos como a 'Rota do Escravo' e a 'Década dos Afrodescendentes', bem como a Conferência das Nações Unidas sobre o Racismo realizada em Durban, em 2001. Temos em vista, pois, debater e enaltecer a Crioulidade enquanto uma realidade complexa e riquíssima, resultado da relação humana tecida entre povos dos diversos continentes peri-atlânticos no decurso das navegações oceânicas iniciadas no século XV, visto que de tal encontro emergiram, e perduraram no tempo, novas formas de cultura e de organização da sociedade, representando um momento particularmente fecundo de inovação social e cultural. Serão, por conseguinte, dias intensos de reflexão académica, científica, mas também de demonstração artística, intercâmbio e re-conexão culturais, desde as artes performativas à culinária crioula, ao artesanato, à música. Serão também, naturalmente, dias de debate político-estratégico entre decisores, sobre o diálogo entre povos e culturas, sobre a paz e o futuro da Humanidade

Muito obrigado a todos e a todas pela vossa atenção.